

Terra improdutiva poderá formar fundo de colonização

Com apoio de 35 senadores, Darcy apresenta emenda que altera o conceito da propriedade privada previsto na Constituição Federal, para garantir uma solução aos sem-terra



Sob a presidência do senador Gilberto Miranda, a Comissão de Assuntos Econômicos debateu ontem com os ministros Pedro Malan e José Serra a questão do endividamento e da crise financeira dos estados. Página 3

Nenhuma fazenda poderá ter áreas improdutivas quatro vezes maiores que as áreas produtivas. O que passar disso será transferido a um Fundo de Colonização, a ser usado em programas de reforma agrária, segundo propõe emenda constitucional apresentada ontem pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) com apoio de 35 senadores.

A emenda muda um conceito básico da Constituição para determinar que a ninguém será lícito manter a terra improdutiva por força do direito da propriedade. Para Darcy, nenhum projeto de reforma agrária obteve êxito até agora no Brasil por causa "desse absurdo constitucional de que a propriedade permite deixar a terra improdutiva como objeto de especulação".

Depois de apontar movimento dos sem-terra como "o mais perigoso" dos últimos tempos, o senador afirmou que só vê três saídas para a situação: "A primeira é chamar o Exército para matar os sem-terra, como em Canudos. A segunda é mudar a Constituição e tornar ilícita a manutenção de terras improdutivas, as quais seriam usadas em reforma agrária. A terceira será o crescimento das invasões de terras".

A emenda cria a Justiça Agrária, cujos juízes cuidariam da execução da reforma agrária. Enquanto não for instalada essa nova Justiça, a competência ficaria a cargo da Justiça do Trabalho, que aprovaria os programas de assentamento de lavradores no Fundo de Colonização. Cada assentado não poderá receber área superior a 100 hectares.

NESTA EDIÇÃO

Emendas ao PPA só com consenso

Página 4

Pressão da sociedade é que muda TV

Página 2

Agricultura exige regras estáveis

Página 4

Suplicy apresenta proposta do PT para reforma tributária

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem, em plenário, os pontos centrais da proposta de reforma tributária que o PT encaminhou ao governo. Segundo o senador, a proposta visa estabelecer a justiça social, atacar a miséria e combater a evasão fiscal. Ele destacou também a importância da transparência nos critérios que estabelecem as prioridades nos gastos públicos.

Suplicy explicou que a proposta do PT está aberta à discussão por toda a sociedade e organizações político-partidárias. A maior parte da proposta, conforme explicou,

não exige mudanças na Constituição, o que pode acelerar o processo de reforma. O senador reportou-se à injustiça tributária que é praticada contra o trabalho assalariado em detrimento do capital e defendeu a progressividade do imposto de renda para pessoas jurídicas, além da regulamentação e implementação imediata do imposto sobre grandes fortunas.

O combate à evasão, conforme Suplicy, passaria pelo aparelhamento tecnológico da administração tributária e ampliação do número de fiscais, dentre outras medidas.

Senadores condenam o atentado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deveria acompanhar as investigações que estão sendo feitas pela Polícia Federal sobre a carta-bomba que explodiu no Itamaraty, segundo sugestão feita ontem em plenário pelos senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Em pronunciamentos separados, os dois senadores lamentaram o atentado e cobraram providências para apuração de responsabilidade.

Pelo fim da discriminação contra mulher

O Congresso deve definir prioridades e encaminhar propostas para acabar com a discriminação contra a mulher no país, segundo sugeriu a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) durante análise dos resultados da Quarta Conferência da Mulher, realizada na China entre os dias 4 e 15 do mês passado e da qual participou juntamente com as senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

Só a sociedade pode mudar televisão, afirma Dias Gomes

Ao depor em comissão do Senado, jornalista considera rejeição aos programas o único instrumento válido de censura

O único mecanismo válido de censura é o oriundo da própria sociedade, que, através da escolha, obriga à mudança da programação de má qualidade, ao rejeitá-la. A opinião é do dramaturgo e jornalista Dias Gomes em depoimento prestado à Comissão Especial do Senado que estuda a programação de rádio e televisão.

Emília Fernandes (PTB-RS) cobrou uma televisão mais educativa. Dias Gomes concordou, mas lembrou que quem faz a programação é a diretoria das televisões, que têm como parâmetro o lucro. Emília criticou ainda a programação por associar o pa-



Dias Gomes depõe, ao lado do senador Hugo Napoleão

pel feminino à pornografia e por confundir liberdade com liberalismo.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou o realismo das obras do dramaturgo. Também par-

ticiparam dos debates Pedro Simon (PMDB-RS), autor do requerimento para criação da comissão, e Arthur da Távola (PSDB-RJ), que exaltou a obra de Dias Gomes.

Comissão examina alternativas para o Vale do São Francisco

A possibilidade de adaptação do modelo norte-americano de agência de desenvolvimento, conhecida como "authority", foi uma das fórmulas discutidas na reunião de ontem da Comissão Especial do Vale do São Francisco, como uma das al-

ternativas para dinamizar a atividade econômica daquela região. Para o presidente da comissão, senador Beni Veras (PSDB-CE), a idéia "é original, uma forma nova e interessante, que poderá ser útil".

A comissão ouviu Wilson

Quintela, presidente da Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná, que colocou a substituição do Estado na administração das empresas que operam obras de infra-estrutura como uma questão urgente e atual.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 96/94, que modifica a Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, para estendê-la à segurança, saúde e interesses difusos dos trabalhadores, e dá outras providências (em discussão); *PLC nº 5/95, que dispõe sobre limites de potência dos aproveitamentos de queda d'água e outras fontes de energia hidráulica de capacidade reduzida, e dá outras providências (em discussão); e *PLC nº 89/95, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (em discussão).

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a PEC nº 26/95, que prorroga a vigência da Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro da Justiça, Nelson Jobim, sobre as relações entre o Sipam e Ações da Polícia Federal/Funcin, objetivando a instrução

da tramitação da Mensagem nº 284/95 relativa ao Projeto Sivam. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.120/95, que dispõe sobre repasses do Tesouro Nacional.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão Especial do Tricentenário de Zumbi dos Palmares

Pauta: Exposição da cineasta Dulce Pereira e do publicitário Haile Gadelha. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.119/95, que dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h30 - Comissão de Infra-Estrutura

Pauta: Deliberação do parecer do senador Mauro Miranda sobre as emendas coletivas da comissão ao Plano Plurianual de Investimentos - PPA. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

Ministros discutem dívida dos estados com senadores

Durante debate na Comissão de Assuntos Econômicos, José Serra e Pedro Malan ouvem relato da situação dramática de deterioração das finanças públicas dos estados

Os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e José Serra, do Planejamento, negaram ontem, em debate na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a possibilidade de reabertura das negociações para revisão dos níveis de comprometimento das receitas estaduais com o serviço da dívida, fixados atualmente em 11%.

Malan e Serra compareceram ao Senado, atendendo a convocação, para debater com os integrantes da CAE a questão do endividamento dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Durante o debate, ouviram relatos dos senadores sobre as grandes dificuldades enfrentadas por estados e municípios, juntamente com apelos para uma renegociação das atuais condições de pagamento das suas dívidas com a União.

Após um total de 90 minutos de explanações, inicialmente pelo ministro Pedro Malan e em seguida pelo titular do Planejamento, 12 senadores questionaram os representantes do governo a respeito da deterioração das finanças públicas nos pais.



Senadores participam do debate com Serra e Malan

Francelino receita diálogo

O Congresso deve buscar a ampliação do diálogo com o Executivo para superar o impasse da dívida pública dos estados e municípios, pois nenhuma solução será factível se não contar com a participação financeira do governo federal. A afirmação foi feita ontem pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), ao realizar um balanço dos resultados do debate sobre o assunto, promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

- Precisamos intensificar o diálogo com o governo federal para definir os mecanismos necessários ao equacionamento desse problema - sugeriu Francelino.

Na opinião de Francelino Pereira, a solução final deve atender a todos os estados, mesmo que, como no caso de Minas Gerais, o pagamento da dívida interna não dependa do aporte de recursos da União. O senador Arlindo Porto (PTB-MG), concordou com as colocações de Francelino Pereira, e destacou a situação favorável de Minas Gerais em relação ao seu endividamento.

Bezerra aponta avanços na exposição de Malan e Serra

A possibilidade de empréstimos federais emergenciais e a captação de verbas junto ao Banco Mundial e Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o saneamento da dívida dos estados foram os pontos centrais da exposição dos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e José Serra, do Planejamento, na Comissão de Assuntos Econômicos. A avaliação é do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator de três projetos de Resolução que

alteram os critérios de negociação da dívida dos estados.

Segundo Bezerra, as duas principais autoridades econômicas do governo acenaram com a possibilidade de equacionamento, a curto prazo, do principal problema que atinge atualmente grande parte das unidades da Federação. "As notícias (trazidas pelos ministros) são positivas, importantes e vão ajudar os estados em maior dificuldade", observou.

Guilherme Palmeira: reforma tributária e FSE são incompatíveis

Depois de assinalar que a situação econômico-financeira do governo federal é a melhor dos últimos 30 anos, enquanto os estados enfrentam uma crise profunda, o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) afirmou em discurso que a proposta governamental de reforma tributária e a prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE) são "incompatíveis", "inconsistentes", "ilógicas". Por isso, ele não vê condições para sua aprovação, pelo menos do jeito que foram concebidas.

Guilherme Palmeira, que ana-

lisou pontos da reforma tributária e criticou o desvio no uso do dinheiro do FSE neste ano, destacou que vê nas duas propostas "ameaças concretas à viabilidade financeira das administrações estaduais".

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) ponderou que nenhum governo propõe reforma tributária para reduzir a carga fiscal e geralmente as mudanças de impostos são repassadas para os preços, o que pode reavivar a inflação. O senador Bernardo Cabral (PP-AM) apoiou o discurso de Guilherme Palmeira.

Saída é reforma, garante Suassuna

A reforma administrativa é a única solução para a crise de governabilidade por que passam os estados, afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao solicitar à Mesa do Senado a convocação do ministro da Administração Federal, Bresser Pereira, para que faça uma detalhada defesa da sua proposta de reforma administrativa no Senado.

Segundo Suassuna, a reforma fiscal não resolverá necessariamente a curto prazo o problema de caixa dos estados e municípios. "Alguns estados consomem 80% do que arrecadam somente com a folha de pagamento do funcionalismo", observou o senador.

Comissão quer ouvir Receita

A realização da audiência pública com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, no próximo dia 11, a partir das 10h, foi anunciada ontem pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente da Comissão Mista de Orçamento. Ainda em data a ser marcada, comparecerá também ao auditório da Comissão Mista o ministro do Planejamento, José Serra.

Ademir destaca 42 anos da Petrobrás

Há 42 anos, em 3 de outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a Petrobrás. Hoje, como destacou o senador Ademir Andrade (PSB-PA), é possível constatar que esta lei foi a que teve mais efeitos multiplicadores no sentido da autonomia tecnológica do país. Ao fazer um balanço da trajetória da empresa, Ademir disse que a Petrobrás é uma experiência bem-sucedida e exemplar de soberania nacional.

Mauro defende união do PMDB

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) leu ontem em plenário nota dos peemedebistas que apoiaram o deputado Alberto Goldman para a presidência do partido em convenção no último domingo. Na nota, eles defendem a unidade do partido e contestam a legitimidade dos resultados que elegeram o deputado Paes de Andrade. Reafirmam sua posição de "defender, em qualquer hipótese, a unidade do PMDB".

Burocratas param país, diz Gilvam

Apesar de fazer elogios ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) criticou os "burocratas tucanos" por estarem paralisando o país. Para o senador, as reformas constitucionais e a busca de alternativas de ajuste econômico são importantes, mas o presidente precisa tomar providências concretas contra os problemas decorrentes do aumento da miséria.

Emendas ao Plano Plurianual só com consenso das bancadas

Critério orienta apresentação de propostas no âmbito da Comissão de Infra-Estrutura, que acolhe sugestões até hoje ao meio-dia



A Comissão de Infra-Estrutura discute critérios para as emendas

Agricultura precisa de regras permanentes, alerta Maldaner

A alteração das regras para a agricultura no Brasil, a cada ano, é um dos fatores do subdesenvolvimento e do enfraquecimento dessa atividade no país.

A opinião foi manifestada ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que alertou para o risco de redução crescente de safras agrícolas a partir de 1996, caso não sejam

adotadas pelo governo medidas permanentes que reestimulem os produtores.

O senador destacou também a conclusão de um trecho de 25 km da rodovia BR-470, em Santa Catarina, inaugurado segunda-feira, com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, ministros de Estado e do governador Paulo Afonso.

Amorim quer disciplinar vendas de imóveis do INSS

Projeto estabelecendo normas para a venda dos imóveis pertencentes ao INSS que estejam ociosos ou sendo utilizados por terceiros, bem como aqueles não relacionados estritamente com as atividades operacionais do instituto, foi apresentado pelo senador

Ermendes Amorim (RO).

Amorim também apresentou à Mesa requerimento de informações dirigido ao ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, José Eduardo Andrade Vieira, solicitando esclarecimentos sobre o armazenamento de grãos no país.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado decidiu reabrir até meio-dia de hoje (dia 4) o prazo para recebimento de propostas de emendas dos senadores ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA). À tarde, após a Ordem do Dia do Senado, a comissão se reunirá para escolher, dentre as propostas apresentadas, as cinco emendas coletivas que deverá encaminhar à Comissão Mista de Orçamento, de acordo com as novas regras de votação do plano.

O relator na Comissão de Infra-Estrutura, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), já apreciou preliminarmente 26 emendas. Dessas, Miranda sugere para votação, em seu parecer lido na reunião de ontem pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), quatro emendas coletivas. As emendas dispõem sobre o corredor Centro-Leste de Exportação, a ponte internacional sobre o rio Tacutu, a implantação do trecho ferroviário Dourados-Porto Primavera e melhorias do porto de Capuaba (ES).

Miranda destacou, em seu parecer, que as emendas selecionadas devam ter caráter nacional ou, pelo menos, macrorregional, com vistas ao fortalecimento do setor de infra-estrutura. Por isso, conforme frisou o senador José Agripino (PFL-RN), presidente da Comissão de Infra-Estrutura, as emendas a serem apresentadas devem ter o consenso das bancadas regionais.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ermendes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade ■ **Editores** – Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação – Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ **Fotos** – Cêlio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Revisão** – Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**